

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.229.017,91	151.830,02	155.380.847,93
Pessoal Ativo	138.064.279,69	144.389,50	138.208.669,19
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.164.738,22	7.440,52	17.172.178,74
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	15.274.639,10	127.229,10	15.401.868,20
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	448.512,60	127.229,10	575.741,70
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.826.126,50	0,00	14.826.126,50
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	139.954.378,81	24.600,92	139.978.979,73

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			700.438.648.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,019981%	0,000004%	0,019984%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <*>	0,042882%		300.362.101,04
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <*>	0,040738%		285.343.995,98
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <*>	0,038594%		270.325.890,93

FONTE: SIAFI - SOF/TRT16 - 19/mai/2016 - 13h e 50min

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:


- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


Nota2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizaram R\$ 37.694,85, não foram computadas no Relatório, conforme orientação constante no Ofício-Circular Conjunto N° 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF, e no Acórdão N° 894/2012 - TCU - Plenário,


Nota3: As despesas relativas a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), cujo montante chegou a R\$ 29.518.834,75, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão N° 2097/2011 - TCU - Plenário.


 JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS
 Desembargador Presidente


 ADRIANA ALBUQUERQUE DE BRITO
 Diretora Geral


 DANIEL LEITE GUIMARÃES
 Secretário de Orçamento e Finanças Substituto


 MARIA HELENA PINHEIRO BELO
 Coordenadora de Controle Interno


 LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
 Chefe do Setor de Contabilidade Analítica